

Violência política contra mulheres negras: Ameaças à prefeita de Cachoeira e o discurso de ódio¹

Áda Ellen DAMASCENO²

Ludmyla Sousa SANTOS³

Mariana Gomes de OLIVEIRA⁴

Naiane Santos SILVA⁵

Sabrina Silva dos SANTOS⁶

Lidiane Santos de Lima PINHEIRO⁷

Leonardo Santa Inês CUNHA⁸

Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar o discurso de ódio durante campanhas políticas em candidaturas de mulheres negras. Será analisado, em específico, o caso da prefeita do município de Cachoeira-BA, Eliana Gonzaga. Por sua vez, atitudes que se assemelham a da prefeita têm sido cada vez mais comuns, quando se trata de mulheres em uma posição de poder na sociedade. Para entender a relação das agressões nas redes sociais com os grupos minoritários, foi usado o método de pesquisa exploratória, por meio de pesquisa bibliográfica sobre o tema, além de artigos e notícias sobre casos de violência à Eliana Gonzaga, mulher negra do partido Republicanos, militante do movimento sindical e ligada à agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Violência; Mulheres negras; Discurso de ódio.

¹ Trabalho apresentado no IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: adaeldamasceno@gmail.com

³ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: mmyla2112@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: marianagomes.oli@hotmail.com

⁵ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: naianes08@gmail.com

⁶ Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: sabrinasantos42@outlook.com

⁷ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: lislina@uneb.br

⁸ Orientador do trabalho. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professor do Curso de Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia - Uneb, e-mail: lscunha@uneb.br

INTRODUÇÃO

Para entendermos a relação da política partidária com a discriminação de gênero que as mulheres sofrem, precisamos abordar questões estruturalmente históricas e problemáticas. Conforme a sociedade patriarcal na qual vivemos, o papel social e cultural da mulher é visto com inferioridade. Nesta perspectiva, o propósito de vida dado a ela é de gerar filhos e respeitar os homens a todo custo. Por isso, a não aceitação de uma mulher na vida política, lugar no qual não era atribuído seu direito de participação. De acordo com o levantamento realizado pela organização Terra de Direitos e Justiça Global, as mulheres representam aproximadamente 13% dos cargos eletivos de todas as esferas políticas do Brasil. Isso provavelmente se concretiza, em vista dos reflexos das desigualdades entre os gêneros presentes em tantos âmbitos da sociedade brasileira, culminando assim na falta de representatividade e participação feminina na política nacional.

A violência política no Brasil é histórica e possui raízes estruturais. Esse tipo de violência, de acordo com a Organização dos Estados Americanos (OEA), é caracterizado como uma ação, conduta ou omissão, realizada de forma direta ou por meio de terceiros, cometida contra candidato(a)s, eleito(a)s, nomeado(a)s ou até já atuante na atividade da função pública. Afeta, principalmente, grupos politicamente minoritários como mulheres negras que concorreram ao pleito eleitoral. Segundo o Ministério da Mulher, a violência política de gênero configura-se, na maioria das vezes, em forma de ameaças, intimidação psicológica, humilhações e ofensas. Mas também, especificamente, podem se materializar por meio de agressões físicas, sexuais, institucionais, raciais e LGBTQI+fóbicas, em meios virtuais ou presenciais.

O discurso de ódio provém da liberdade de pensamento, porém, está associado diretamente à execução de violência verbal, isto é, externalização do ódio, e é normalmente propagado nas Mídias digitais e se caracteriza por meio da não aceitação das diferenças, como religião, cor/etnia, gênero, identidade, orientação sexual. Em relação à política, observa-se que tal fenômeno ficou ainda mais latente no ano de 2020, em decorrência do distanciamento social da pandemia da COVID-19, nas plataformas das Mídias digitais, como Twitter, Instagram, Facebook, as quais foram muito usadas para divulgar propostas e ideias eleitorais. Em vista da sensação de impunidade provocada pelo ciberespaço, a disseminação de comentários de ódio tem aumentado. De acordo com o Instituto Marielle Franco, que tem a iniciativa de mapear casos de violência política

exercida contra candidaturas de mulheres negras, em 2020, a violência virtual, aquela que se dá no ambiente da Internet, foi a principal forma de ataque relatada pela maioria das mulheres negras candidatas. Dos ataques sofridos em suas redes, a maioria continha conteúdo misógino e racista.

Neste artigo, busca-se refletir sobre o uso das Mídias sociais e sua contribuição na participação política, entender a relação dos discursos de ódio com a sexualidade feminina e a pele negra, e, mais especificamente, elencar informações sobre as ameaças sofridas pela Prefeita de Cachoeira, Eliana Gonzaga, a fim de entender e ilustrar o fenômeno estudado. Foi utilizado o método de pesquisa exploratória, por meio do levantamento de matérias, no período de abril de 2021, do site G1 Bahia, uma entrevista com a prefeita para o Jornal Correio e uma análise do Uol, bem como publicações do mesmo mês no Instagram de Eliana Gonzaga.

Os jornais escolhidos para a pesquisa foram selecionados por serem canais de comunicação de referência no Estado. Entre as matérias pesquisadas, a maioria pertence ao site do G1 Bahia e a única entrevista encontrada na íntegra com a prefeita foi realizada pelo site do Correio. Quanto à análise de caso, foi selecionada uma reflexão produzida pelo colunista André Santana e publicada pelo site Uol.

Além da pesquisa bibliográfica feita em artigos sobre o discurso de ódio e as Mídias sociais digitais, os alvos de ataques durante as campanhas eleitorais e a intolerância aos grupos minoritários foram também temas pesquisados. Este estudo tem como justificativa a notoriedade do tema e a necessidade de despertar para esse caso, dando visibilidade ao ocorrido na cidade Cachoeira, mas que acontece de forma semelhante em outras cidades do Brasil, e de abordar como as redes sociais têm hoje um importante papel na formação de opinião, na maneira pela qual a sociedade tem se organizado em seus posicionamentos sociais, culturais e, principalmente, políticos.

A disseminação da violência contra mulheres parlamentares

A falta de representatividade nas esferas políticas é um fator que contribui fortemente para manter a mulher negra na base da pirâmide social. Ao analisar a participação das mulheres na política é possível observar que dentro dos movimentos partidários e sindicais existe uma barreira grande para que negros, sobretudo as mulheres, consigam se engajar de forma igualitária. Essa barreira deriva das desigualdades produzidas pelo capitalismo e pelo racismo.

A violência política contra mulheres negras tem sido cada vez mais disseminada, o cenário de exploração e desigualdade pouco avança, e ainda que atualmente se debata sobre o assunto de uma forma mais ativa, as denúncias sobre casos de violência só aumentam.

O site Apoie o Instituto Marielle Franco realizou uma pesquisa, em 2020, com 142 candidatas negras sobre a violência contra a mulher negra, na qual destacou e classificou oito tipos de violência política de gênero e raça que acontecem no período pré-eleitoral, durante a eleição e após as candidatas serem eleitas. Nos arquivos do site da Câmara dos Deputados, é possível encontrar a pesquisa publicada no mesmo ano de 2020, que na página 12 cita, entre os oito tipos de violência, as mais mencionadas: virtual (78%), violência moral e psicológica (62%) e institucional (55%). Um pouco menos de 50% das mulheres entrevistadas citam ainda a violência racial, física, sexual e de gênero e/ou LGBTQI+.

Sendo a violência virtual a mais relatada por parlamentares mulheres, é importante pontuar que a internet, enquanto uma ferramenta de amplificação de vozes, conecta culturas, formas de pensar e de se mobilizar, produz e disponibiliza informação rápida para milhões de pessoas ao redor do mundo, no entanto, esta mesma ferramenta é igualmente responsável pela promoção cotidiana de violência contra grupos politicamente marginalizados na sociedade. As redes sociais se tornaram um palanque para a disseminação da violência virtual, discursos de ódio e ameaças lançadas a mulheres que integram a política.

O fim do período eleitoral e, com isso, a vitória nas urnas, para algumas candidatas, podem significar mais tranquilidade e segurança, além do início de uma vida política institucional. Contudo, para as que agora são eleitas vereadoras, prefeitas ou vencem em outros cargos, o problema da violência pode estar apenas começando. Os ataques podem chegar por mensagens, comentários nas redes sociais, xingamentos e até mesmo atos de violência moral presenciais contra as parlamentares eleitas. Mas dessa vez, seguindo a tendência do período eleitoral, no qual as campanhas têm se dado principalmente nas redes sociais, os grupos e indivíduos racistas sequer esperam o dia da posse para começarem a tentar deslegitimar as candidatas.

Falar sobre o tema, compreender sua profundidade e importância pode mudar a perspectiva da sociedade sobre os estigmas raciais e de gênero, tendo em vista não apenas o combate à discriminação, mas também a conscientização e o incentivo a mudanças

culturais e organizacionais dentro de partidos políticos e em outros espaços da sociedade em geral.

O discurso de ódio nas pautas sociais e durante os períodos eleitorais

No decorrer dos anos, as Mídias sociais se tornaram importantes canais para a divulgação e é também um espaço de relacionamento e compartilhamento entre pessoas dos mais diversos lugares, onde não há fronteiras. Diferentemente do contexto fora do mundo virtual, na internet não há, em grande parte, controle do que será publicado por usuários e como determinados comentários com incitação de ódio afetarão o alvo do ataque. As redes sociais trouxeram uma nova forma de expressão e de informar diferentes públicos, dos que buscam fontes confiáveis e checam os conteúdos aos que se limitam à praticidade de receber informações e agilidade em compartilhar notícias com conteúdos duvidosos.

“Com o crescimento do acesso digital, a disseminação de discursos de ódio e de notícias falsas, não baseadas em fatos, mas guiadas pelo partidarismo, pelo revisionismo ideológico ou pelo obscurantismo religioso, obstruem a possibilidade de expressão democrática” (CAMELO; CHOUCAIR; HAUBER; INÊS; MAIA; ORLANDINI; SILVEIRA, 2020, p. 123). Durante os períodos de campanhas eleitorais, os discursos de ódio e violência política são disseminados com maior frequência, ocasionando discussões em comentários de redes sociais, circulação de *fake news* e, sobretudo, atacando grupos socialmente minoritários tais como mulheres pretas em ascensão na política.

Evidentemente, as redes sociais criaram um instrumento de comunicação cujo acesso não fora imaginado nos tempos mais remotos. Vivemos em uma sociedade ainda retrógrada e arcaica, qual o machismo e o racismo estão impregnados. Portanto, as conquistas relacionadas às mulheres ainda são recentes e, assim, grande parte da população, principalmente do gênero masculino, reluta para compreender que vivemos em uma época demasiadamente modificada por novas ideias, perspectivas e questionamentos atentos às injustiças sociais. A cultura machista é ensinada para todos desde a infância: garotos a se reprimirem ou não demonstrarem vulnerabilidade e garotas são ensinadas a aceitarem a submissão e a dependência como naturais. No mais, fatores como religião e cultura produzem forte intervenção na luta pelos direitos da mulher, menosprezando seus ideais por uma sociedade mais tolerante e igualitária.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitats: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 1995, p. 45).

No editorial “Chega de Violência” publicado no Jornal da Cidade, 2018, as mulheres negras, de acordo com um estudo, são o principal alvo de comentários depreciativos nas redes sociais. Os dados estão na tese de doutorado defendida na Universidade de Southampton, na Inglaterra, pelo pesquisador brasileiro e PHD em sociologia Luiz Valério Trindade. Ele analisou mais de 109 páginas de Facebook e 16 mil perfis de usuários.

O estudo também incluiu 224 artigos jornalísticos que abordam dezenas de casos de racismo nas redes sociais brasileiras entre 2012 e 2016. Luiz Valério constatou que 65% dos usuários que disseminam intolerância racial são homens na faixa de 20 e 25 anos. Já 81% das vítimas de discurso depreciativo nas redes sociais são mulheres negras entre 20 e 35 anos. As mulheres negras ainda lideram o cargo de empregada doméstica e serviços gerais e representam menos de 1% em cargos de liderança em grandes empresas. Negros representam mais de 60% de desempregados no país e são maioria também nos trabalhos informais. No Brasil, casos de intolerância racial com personalidades negras pela internet reforçam a necessidade do debate sobre a desigualdade. Recentemente, três situações de racismo pelas redes sociais ganharam destaque na imprensa. Em julho e outubro de 2020, a jornalista Maria Júlia Coutinho, a Maju, e a atriz Taís Araújo foram alvos de comentários racistas no Facebook. Em maio de 2021, a cantora Ludmilla também sofreu ofensas que foram publicadas em uma das suas redes sociais na internet. Os casos são semelhantes entre si: perfis falsos nas redes sociais ofendem as três personalidades com comentários preconceituosos como “cabelo de esfregão” e “macaca”.

A internet também se apresenta como um importante veículo de mobilizações que buscam alertar sobre pautas sociais e expor violências. Nas redes sociais os movimentos vêm ganhando cada vez mais força para atuação nas ruas, as redes funcionam também como um local para organizar atos como para colocar em evidência situações de preconceito e agressão que acontecem cotidianamente, sobretudo, contra grupos

minoritários. As *hashtags* nas redes sociais são um exemplo de iniciativa para falar sobre determinados assuntos e dar visibilidade ao tema ou ocorrido, tais como: crimes de assédio ou violência sexual, transfobia, ataques e crimes racistas e, até mesmo, assassinatos motivados por ódio ou aversão aos grupos.

Podemos apontar diversos relatos recentes de experiências que mobilizaram grupos em redes sociais, por exemplo, por meio das seguintes *hashtags*: #ÉCrimeSim, #MeuAmigoSecreto e #BlackLivesMatter. Em qualquer sociedade complexa e pluralista, espera-se que exista conflito entre os anseios e as crenças subjacentes às preferências dos cidadãos e dos grupos sociais. De tal modo, não se pode assumir de antemão que as demandas de determinado grupo estejam necessariamente localizadas no “polo do bem” ou no “polo do mal”. (CAMELO; CHOUCAIR; HAUBER; INÊS; MAIA; ORLANDINI; SILVEIRA, 2020, p. 119)

Entretanto, evidencia-se o discurso de ódio em movimentos criados e compartilhados com o intuito de deslegitimar e depreciar iniciativas de grupos minoritários. Como exemplos, as *hashtags* #WhiteLivesMatter e #AllLivesMatters que ironizavam e menosprezavam o movimento “Vidas Negras Importam”, criado no ano de 2012, após o assassinato de Trayvon Martin e absolvição do segurança George Zimmerman. Já em 2020, o movimento retornou às ruas depois da morte de George Floyd. Ainda que a internet seja um espaço para expor diferentes anseios dos cidadãos, o modo com que grupos ativistas de causas sociais são atacados nesse ambiente apresenta inaceitáveis insultos e violências verbais ou ameaças físicas.

Além das *hashtags*, comentários discriminatórios são rotineiramente encontrados nas redes sociais, principalmente em períodos eleitorais, para agredir o(a)s candidato(a)s. No contexto nacional, Recuero (2014) apresenta um mapeamento de 36 mil *tweets* coletados com a palavra “nordestinos” após as eleições presidenciais em 2014, em que a maioria fazia associação às palavras burros, pobres, bolsa família, mal, voto, culpa, entre outras. Essa pesquisa reforça a afirmação do ódio veiculado na internet relacionado aos preconceitos já existentes e velados fora das redes sociais, tais como: xenofobia, racismo e misoginia.

Este discurso já está presente na sociedade brasileira. Não são as pessoas que decidem ser racistas ou homofóbicas por conta da internet. Esses discursos já estão na sociedade, eles apenas são “abafados”. Você não faz aquela piada racista para pessoas que vão te julgar por isso. Ou seja, a internet parece ter um papel desvelador de discursos que estão presentes, preconceitos constituídos e elementos de violência simbólica. E esse desvelamento, embora ele discuta a naturalização dessas ideias (por exemplo, o sujeito que diz “não sou

preconceituoso, mas...”), ela também coloca o sujeito no holofote. (RECUERO, 2014)

Também, faz-se necessário pensar os locais em que o discurso de ódio está presente e suas formas de legitimação por outros usuários, através de curtidas, comentários e compartilhamentos. As redes sociais atingem enormes proporções que geram impactos na sociedade e sua praticidade de visualização e interação corrobora com a disseminação de agressões verbais, bem como com debates e ações de movimentos legítimos de lutas sociais, sobretudo, durante a pandemia da Covid-19, a qual restringiu a ida às ruas para manifestações e lutas por justiça, equidade e direitos.

Já no contexto estadual, em uma pesquisa realizada pelo projeto MonitorA, iniciativa da Revista AzMina junto ao InternetLab, sobre os comentários direcionados a candidatas de diferentes espectros políticos na campanha eleitoral de 2020, verificou-se que as mulheres negras foram as mais agredidas na Bahia e, principalmente, as que possuíam filiação aos partidos da esquerda. Para a ativista e autora Bell Hooks:

O discurso da supremacia branca patriarcal capitalista, presente na mídia, na escola e outras instâncias sociais, traz um conjunto de afirmações ligadas à atual onda neoconservadora e à chamada extrema direita. Segundo a autora: Como se a censura e a distorção da experiência afro-americana vinda dos canais da supremacia branca já não fossem fortes o suficiente para invalidar ou silenciar protestos negros [movimento negro], então o sistema recorreu a um novo tipo de agentes, pessoas negras que haviam internalizado o pensamento supremacista branco (HOOKS, 2004, s. p. *apud* MESSIAS; NASCIMENTO, 2020, p. 47)

Em “Necropolítica” (2003) e “Crítica da Razão Negra” (2017), o historiador e filósofo camaronês Achille Mbembe retoma alguns desses temas. No primeiro, faz uma ligação entre a ideia de raça e morte no contexto do poder/soberania, dando origem ao conceito que nomeia o ensaio. No segundo, unifica-os dentro do que chama de “invenção” do negro a partir do processo de racialização. Ou seja, a própria ideia de raça e a condição subalterna do negro na hegemonia ocidental, no contexto da necropolítica, expressam uma política de morte que a coloca a serviço da soberania. Mais do que uma forma de distinção, a negritude funciona como a própria medida do exercício do poder/soberania.

A prefeita Eliana Gonzaga e a violência política contra a mulher negra

No caso da prefeita de Cachoeira, município situado na região do recôncavo baiano, Eliana Gonzaga de Jesus, do partido Republicanos, na coligação Mudança e

Compromisso com Cachoeira (agora que são elas), militante do movimento sindical e ligada à agricultura familiar, é a primeira mulher negra a ser eleita prefeita da cidade e relatou que as ameaças começaram no período da campanha eleitoral. Na entrevista, para o site *GI Bahia*, publicado no dia 23 de abril de 2021, Eliana afirma que não tem inimigos e acredita que as ameaças são causadas por racismo: "Eu tenho certeza que se eu não tivesse a minha pele negra, se eu não tivesse vindo da família que eu venho, de baixa renda, que representa uma categoria de trabalhadores, porque nós somos militantes sindicais, representando a agricultura familiar, isso não estaria acontecendo".

De acordo com o site do jornal *GI Bahia*, essa situação começou em novembro de 2020, quando um dos apoiadores, que também trabalhava na campanha de Eliana, foi assassinado com dez tiros, dois dias depois da eleição. Ivan Passos morreu no dia 17 de novembro de 2020. A partir deste ocorrido, surgiram várias especulações na cidade e uma delas foi o de uma suposta lista onde havia diversos nomes de militantes que apoiavam a candidata. Os moradores de Cachoeira espalharam boatos que diziam que Ivan, que foi assassinado, era o primeiro apenas da lista, na qual constavam os nomes da prefeita Eliana, do marido e do filho e também de diversos companheiros apoiadores. Após o assassinato, as ameaças começaram e, de imediato, Eliana prestou queixa na polícia. "No dia 2 de dezembro, eu recebi uma ligação. Quando eu atendi, foi uma rajada de metralhadora", afirmou. Em consequência disso, por segurança, todos os envolvidos na campanha precisaram sair da cidade para assegurar que não acontecesse outra barbaridade.

Por esse motivo, a prefeita recebeu muito apoio, inclusive das entidades no movimento negro e social, como a União de Negras e Negros pela Igualdade Racial (Unegro), o Bloco Afro Ilê Aiye e o Instituto de Mulheres Negras Luiza Mahin manifestaram seu repúdio contra os ataques e extrema preocupação com as ameaças cotidianamente recebidas por Eliana Gonzaga. Essas entidades também fizeram o seguinte relato: "um absurdo inaceitável que uma mulher negra democrática e legitimamente eleita, seja mais uma vez alvo da violência de grupos autoritários e violentos que não aceitam a vontade do povo expressa pelo voto. Repudiamos as ameaças de mortes, os ataques racistas e misóginos, conclamamos as autoridades competentes a apurarem e punirem os culpados. Não podemos permitir que o feminicídio político de mulheres negras que vitimou Marielle Franco se torne cotidiano no país". Infelizmente, essa é uma realidade da maioria das candidatas brasileiras.

Conforme informações publicadas no dia 29 de novembro de 2020 no site *RBA*, apesar de partidos e pautas diferentes, candidatas como Marília Arraes (PT) e Flávia Lancha (PSD) chegaram ao final do segundo turno com algo em comum, sofreram violência política pelo fato de serem mulheres. O exemplo investigado aqui é apenas um dos diversos casos existentes no Brasil, o que reforça a compreensão de que os ataques sofridos pela prefeita Eliana Gonzaga (Republicanos) são de caráter misógino e racial. É perceptível que essas ações afastam as mulheres dos espaços de liderança política.

Além dos discursos misóginos, que já são desumanos, tem outro fator latente nesse caso: ser uma mulher negra que concorre a cargos públicos ou que está engajada em pautas sociais. Dados da pesquisa do Instituto Marielle Franco mostram que, do total, 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional. Das entrevistadas, 18% receberam comentários e/ou mensagens racistas ou sexistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens e 8% foram vítimas de ataques com conteúdo racista durante as transmissões virtuais. Isso são reflexos enraizados de uma sociedade machista e racista.

Em relação ao cenário do Estado da Bahia é relevante ressaltar que a porcentagem da população negra, conforme os dados do IBGE, tem o maior contingente de pessoas declaradas pretas (22,9%), que ultrapassam as brancas (18,1%). Em Cachoeira, segundo a publicação do site *Correio*, do dia 23 de maio de 2019, a cidade está entre um dos municípios mais autodeclarados pretos, sendo 40,65% da população. E ainda assim casos de racismo são recorrentes. Por isso, percebe-se que, sem dúvida, Eliana Gonzaga está ocupando um grande papel de representatividade para todas as mulheres negras, não só do município de Cachoeira, como de todo o país.

Em entrevista publicada no dia 21 de abril de 2021 ao *Jornal Correio*, Eliana Gonzaga de Jesus foi questionada sobre os ataques sofridos através das redes sociais durante a campanha eleitoral de 2020, por insultos racistas como “macaca” e outros. A prefeita disse não querer acusar ninguém sem provas e confirmação do autor do ataque, entretanto, prestou queixa na delegacia para que a polícia investigue o caso. Nesta situação, é perceptível a influência do contexto de midiaticização para agredir verbalmente as pessoas. Através da internet e com a criação de perfis *fakes*, os internautas podem se manifestar por anonimato e conseguir força com interações de apoio.

Embora as ameaças e pressões que tem sofrido para renunciar ao cargo, Eliana conta que não pretende se afastar da posição, "desistir jamais, o povo não elegeu uma covarde",

disse. Em seu perfil do Instagram, as mensagens mantidas no histórico são de total apoio a esse momento difícil. Seguidores usam a *hashtag* “#todoscomaprefeiaeliana” para demonstrar apoio e comentários nas redes sociais, como “Estamos juntas nessa”, conforme comentou a Deputada Estadual da Bahia Olívia Santana, são a maioria.

O lugar que Eliana Gonzaga ocupa, sendo prefeita, tem grande importância política e reflete na sociedade como as lutas sociais enfrentadas pela comunidade negra conquistaram novos espaços e direitos, ainda que dentro de um sistema que oprime. No Brasil, a cor da pele dá privilégios e blinda o indivíduo de situações de preconceito, assédio e violência policial e sexual. Na política, ainda há um longo caminho a ser percorrido para conquistar a equidade de gênero e racial, visto que o percentual de mulheres negras eleitas para o poder executivo municipal, em 2020, é de apenas 8%. (ONU Mulheres Brasil, 2021).

Considerações finais

Tendo em conta a importância do assunto, é necessário reforçar a compreensão sobre a relação da política com as questões de gênero e raça, o quanto uma sociedade historicamente preconceituosa é limitante e muitas vezes violenta quando se trata de ascensão das minorias em cargos de poder. O discurso de ódio vem crescendo junto ao alcance das redes sociais, violências são externadas de formas cada vez mais escancaradas, principalmente em ataques a minorias, como as mulheres, os negros e a comunidade LGBTQIA+, que são os que mais sofrem com a disseminação da violência na internet.

Neste artigo, foi importante apontar e ressaltar a violência política sofrida no Brasil pelas mulheres que se candidatam a cargos públicos, especificamente as mulheres negras que, mesmo conseguindo se eleger democraticamente, são constantemente atacadas e impedidas de cumprirem seu mandato com a devida autonomia e segurança. A violência política nas mídias sociais se intensificou com as eleições de 2019, quando vivemos uma polarização seguida de uma pandemia, que levou ao distanciamento social, à rapidez na disseminação de informação e também de desinformação e as discussões políticas ficaram mais acirradas dentro e fora do ambiente virtual.

É preciso trazer à tona os casos de discriminações, violências e ameaças sofridas por mulheres negras na sociedade atual, sejam elas sofridas no dia a dia ou em circunstâncias de maior relevância, assim como foi o caso apresentado neste artigo, da prefeita de

Cachoeira, Eliana Gonzaga de Jesus, que mesmo sofrendo racismo e insultos continua exercendo o cargo com dedicação e persistência. Essa e outras situações devem ser combatidas e abordadas de forma mais aberta e incisiva na mídia e na academia, para que a nova geração seja mais inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

A Violência Política Contra Mulheres Negras: Eleições 2020. Instituto Marielle Franco, 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/pesquisa-instituto-marielle-franco>>. Acesso em 16 de junho de 2021.

Apoie o Instituto Marielle Franco. Disponível em: <<https://www.apoie.institutomariellefranco.org/>>. Acesso em 21 de junho de 2021.

ASSUNÇÃO, Clara. **Violência política contra candidatas é um ‘ataque a todas as mulheres’.** Rede Brasil Atual, 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/11/manuela-davila-violencia-politica-contramulheres/>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

CAMELO, Pedro; CHOUCAIR, Thais; HAUBER, Gabriella; INÊS, Leonardo Santa; MAIA, Rousiley C. M.; ORLANDINI, Maiara; SILVEIRA, Bruna. A Teoria do Reconhecimento em tempos de intolerância: retrocesso cultural e politização reativa. IN: CAL, Danila; HELLER, Barbara; ROSA, Ana Paula (org.). **Mediatização, (in)tolerância e reconhecimento.** Salvador: EDUFBA, 2020. P. 109 - 130.

DIAS, Juliana. **Mulheres negras são o principal alvo da violência política nas redes sociais em eleições na Bahia.** Revista AZMina, 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-sao-o-principal-alvo-da-violencia-politica-nas-redes-sociais-em-eleicoes-na-bahia/>>. Acesso em 11 de junho de 2021.

“É preciso maior conscientização com relação à Lei Maria da Penha e também chamar atenção para as denúncias.” Jornal da Cidade, 2018. Disponível em: <<http://www.jornaldacidade.net/artigos/2018/08/302819/editorial-chega-de-violencia.html>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

MESSIAS, José; NASCIMENTO, Renata. **As configurações da intolerância e do discurso de ódio na internet:** uma análise da página Negros Contra o Movimento Negro. São Leopoldo: Revista de Epistemologias da Comunicação, 2020. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/18678/pdf>>.

O que é violência política de gênero?. Politize, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/violencia-politica-de-genero/>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

RECUERO, Raquel. A questão do ódio nos sites de rede social. Outubro, 2014. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2014/10/a-questao-do-odio-nos-sites-de-rede-social.html>>. Acesso em 13 de junho de 2021.

ONU Mulheres e Gênero e Número analisam candidatura de mulheres negras, indígenas, trans e quilombolas nas eleições municipais brasileiras. ONU Mulheres Brasil, 2021. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-genero-e-numero-analisam-candidatura-de-mulheres-negras-indigenas-trans-e-quilombolas-nas-eleicoes-municipais-brasileiras/>>. Acesso em 11 de julho de 2021.

Prefeita de Cachoeira relata sofrer ameaças de morte após se tornar 1ª mulher eleita ao cargo: 'Povo não elegeu uma covarde'. G1 BA, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/19/prefeita-de-cachoeira-relata-sofrer-ameacas-de-morte-apos-se-tonar-1a-mulher-eleita-ao-cargo-povo-nao-elegeu-uma-covarde.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

Prefeita será escoltada por policiais após receber ameaças de morte na BA. G1 BA, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/22/prefeita-sera-escoltada-por-policiais-apos-receber-ameacas-de-morte-na-ba.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

SANTANA, André. Ameaça a prefeita negra parece distopia, mas cidade baiana não é Bacurau. UOL, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/04/25/ameaca-a-prefeita-na-bahia-escancara-violencia-e-machismo-da-velha-politica.htm>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

'Se eu não tivesse a minha pele negra, isso não estaria acontecendo', diz prefeita de cidade da Bahia que anda escoltada após ameaças. G1 BA, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/23/se-eu-nao-tivesse-a-minha-pele-negra-diz-prefeita-de-cidade-da-bahia-que-anda-escoltada-por-cao-de-ameacas-de-morte.ghtml>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

SOUZA, Emanuela. O Machismo nas redes e a impunidade do discurso de ódio. Medium, 2017. Disponível em: <<https://emanuelasouza.medium.com/o-machismo-nas-redes-e-a-impunidade-do-discurso-de-%C3%B3dio-63f7d31c0d5c>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

TEPERDGIAN, Maria Fernanda. Desigualdade racial: o racismo revelado pelas redes sociais, 2015. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem-play/questoes-sociais-desigualdade-racial>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

WENDEL, Bruno. Ameaçada de morte, 1ª mulher prefeita de Cachoeira teme pela família, mas afirma: 'não vou renunciar'. Correio, 2021. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ameacada-de-morte-1a-mulher-prefeita-de-cachoeira-teme-pela-familia-mas-afirma-nao-vou-renunciar/>>. Acesso em 10 de junho de 2021.